

Lula afirma que Sarney é provisório

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

A "provisoriamente" do mandato do presidente Sarney, o julgamento dos responsáveis por "crimes de terrorismo de Estado" e a transmissão diária, no rádio e na televisão, entre 20 e 21 horas, dos trabalhos da Constituinte — foram algumas das propostas concretas apresentadas ontem em plenário pelo líder do PT, Luís Inácio Lula da Silva.

Pouco antes, o deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE) havia apresentado também uma proposta concreta, mas de caráter mais genérico. Ela estabelece que a Mesa diretora da Assembléia, ouvido o plenário e com a aprovação por voto secreto da maioria dos membros da Assembléia, poderá baixar resoluções constitucionais para alterar, no todo ou em parte, qualquer artigo da atual Constituição. A iniciativa da proposição seria da Mesa, pelo voto unânime dos seus integrantes, ou de um terço dos constituintes.

O líder do PT apresentou, ao todo, dez projetos de resolução. O que declara a "provisoriamente" do mandato presidencial, estabelece também que a Constituinte, ao término

dos seus trabalhos, fixará a data da eleição direta do futuro presidente. Há também um que concede anistia ampla, geral e irrestrita aos punidos por motivos políticos; e outros declarando o estado de sítio e as "emergências" incompatíveis com a Constituinte; proibindo os decretos-leis; conferindo aos trabalhadores amplo direito de greve; revogando a Lei de Imprensa; suspendendo o funcionamento da Câmara e do Senado, ficando a Constituinte com as suas atribuições constitucionais; e tornando os constituintes invioláveis por suas opiniões, palavras e votos.

REAÇÃO

"Advirto os companheiros: tenhamos ponderação", disse ontem de um dos microfones da Constituinte o líder do PTB, Gastone Righi (SP), dirigindo-se aos que, como Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE), Lula (PT-SP), Cristina Tavares (PMDB-PE), e outros que querem a "Constituição exclusiva" e já apresentaram até projetos de resolução para baixá-la.

Gastone acrescentou que estão pretendendo fazer "uma autêntica revolução dentro da Constituinte", mas isso pode levar a um confronto com a Constituição vigente. E aler-

tou: "É muito arriscada a aventura de uma revolução, porque ela pode voltar-se contra nós próprios. Podemos ver o País afundando no caos ou retornando a uma posição ditatorial como a que vivemos nos últimos 20 anos".

O deputado paulista advertiu que os atuais constituintes não têm "poder originário", porque seu poder emana da Constituição vigente. Tentar sobrepor a Constituinte a esta, a seu ver, implicaria retirar dos próprios constituintes seus poderes e sobregar a todos, inclusive as Forças Armadas, de observar os preceitos em vigor. E arrematou: "Nem temos forças para isso, pois pela quantidade de votos brancos e nulos, o povo, por mais da metade dos eleitores, negou-nos até o poder constituinte".

Também o senador Fábio Lucena (PMDB-AM) foi muito incisivo ao dizer que quem investir a Assembléia Nacional de "poderes extraconstitucionais, inconstitucionais e injurídicos". Para ele, a Constituição em vigor só pode ser alterada pela forma que ela própria prescreve. E o deputado Adolfo Oliveira (PL-RJ) anunciou que seu partido estava encaminhando consulta ao STF para dirimir essas dúvidas.



Lula insiste que mandato de Sarney é provisório; Amaral Neto prevê radicalização do debate

Depois do golpe, o debate radical

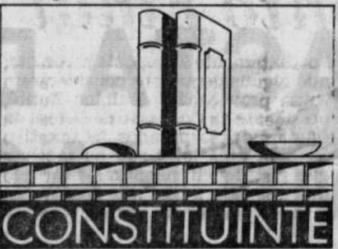
BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

A tentativa de golpe branco articulada pela ala "progressista" do PMDB, de tornar a Constituinte exclusiva, poderá ter como consequência a radicalização do debate ideológico. A opinião é do líder do PDS na Câmara, Amaral Neto, para quem a situação causará prejuízos nos trabalhos da própria Constituinte. Já o senador Jarbas Passarinho, também do PDS, lamentou a possibilidade de radicalização ideológica e frisou que se a Constituinte, alegando ser soberana, se sentir no direito de "fazer as reformas que lhe aprouver, aí sim, estará caracterizado um interesse golpista".

Opinião diferente foi manifestada pelo deputado Bonifácio de Andrada (PDS-MG). Segundo ele, há realmente um grupo que deseja limitar e enfraquecer a Constituinte, mas o parlamentar não identifica a origem da iniciativa no PMDB, e sim no PFL e no Palácio do Planalto. Andrada considera que o PFL deseja manter o que for possível da legislação autoritária, pois o partido é formado pelos remanescentes políticos que apoiaram o regime militar e, por fisiologismo, passaram para o PFL. O deputado mineiro disse ainda que, em alguns aspectos, a Nova República está pior do que a anterior, e justificou: "Pelo menos antigamente os

tecnocratas tinham medo do Golbery e dos generais-presidentes. Hoje eles estão mandando no País".

Heráclito Fortes, peemedebista do Piauí e antigo confidente de Tancredo Neves, também se revelou preocupado com a perspectiva de radicalização ideológica na Constituinte, mas ressaltou que está havendo no País um "excessivo patulhamento ideológico". De qualquer forma, o deputado considera que, com mais de 60% de renovação, ainda não é possível se ter uma ideia do que realmente pensam os constituintes, pois a tendência dos novos parlamentares é pouco conhecida.



Ao negar a existência de qualquer iniciativa golpista, o líder do PMDB na Câmara, Pimenta da Veiga, lembrou que no início de cada legislatura sempre surge um grupo de parlamentares mais exaltados, o que deve ser encarado com natural-

dade. Para ele, classificar esse tipo de atuação como golpe branco na Constituinte "é ridículo". Também o deputado Hélio Duque (PMDB-PR) contestou qualquer articulação da ala "progressista" de seu partido, afirmando que o consultor-geral da República, Saulo Ramos, é quem tem interesse em golpear a Constituinte, ao destacar o direito do Executivo de legislar por decretos-leis. Segundo o parlamentar paranaense, isso não deveria ter sido ressaltado no momento em que o País está formulando sua nova Constituição.

Integrante do grupo dos novos, o deputado Jorge Hage (PMDB-BA) acha que graças à tese da Constituinte exclusiva é que foi possível encaminhar para o plenário constituinte a decisão sobre o funcionamento da Câmara e do Senado, ambos devendo se reunir apenas em casos extraordinários. Segundo um dos líderes do grupo que lutou pela Constituinte exclusiva, Antônio Britto, o objetivo agora é assegurar sua hegemonia sobre a Câmara e o Senado.

Os "progressistas" já são mais de 40, anunciou Britto, e vão ampliar as adesões. A princípio dentro do próprio PMDB, passando depois para outras legendas, acrescentou Sigma-Ringa Seixas (PMDB-DF), para quem golpe foi o próprio ato de convocação da Constituinte, que não a determinou exclusiva desde o início.

Mandato não pode mudar, diz Maciel

DAS AGÊNCIAS

Manter o mandato do presidente Sarney em seis anos, período previsto pela atual Constituição, é fundamental para a transição política no País. Essa ideia foi defendida ontem, em Campo Grande, pelo ministro-chefe do Gabinete Civil, Marco Maciel, para quem "a Constituinte será o ápice mas não o ponto final do processo de transição". Além disso, o ministro não vê por que não deixar o presidente "concluir seu mandato" se ele é "habilitado, competente politicamente" e "está fazendo um trabalho com seriedade e honradez". "O presidente, pelo trabalho que realiza, pelo reconhecimento de que desfruta, do ponto de vista social, político, econômico e cultural, é um presidente que se impôs à Nação. É necessário que ele permaneça durante o período que a própria Constituição prevê" — esclareceu Maciel.

Em Campo Grande por poucas horas, apenas para assistir ao casamento da filha do governador de Mato Grosso do Sul, senador Marcelo Miranda (PMDB), o ministro-chefe do Gabinete Civil afirmou que juridicamente "a Emenda n° 26 é clara. A Constituinte não tem outra tarefa senão a de discutir e aprovar a nova Carta. Sob o ponto de vista político, também este é um tratamento que vem sendo adotado desde quando formalizamos a Aliança Democrática, entre o PMDB e o PFL".

Maciel disse não acreditar que o PMDB tenha intenção de reduzir o mandato do presidente Sarney simplesmente por ter proposto uma Constituinte exclusiva, sem o funcionamento simultâneo das duas Casas do Congresso, Câmara e Senado. Em sua opinião, "são idéias distintas". O ministro disse que não compete ao governo resistir à ideia dos peemedebistas, mas condenou a possível adoção pela Constituinte do sistema parlamentarista. "O problema do País não é porque o Executivo seja forte. Os outros poderes são fracos."